

1 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO
2 HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 24 DE JUNHO DE 1999, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º. ANDAR
3 DA SMSA.

4 Aos vinte e quatro dias do mês de junho de mil, novecentos e noventa e nove, realizou-se a reunião
5 extraordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:55 horas, o Presidente Conselho Municipal de Saúde,
6 Roberto dos Santos, inicia os trabalhos dizendo que a reunião terá duas e faz a leitura da seguinte pauta: 1 –
7 Auditoria da Secretaria do Estado da Saúde/Ministério da Saúde, sobre a Gestão do Fundo Municipal de Saúde e
8 convoca para compor a mesa os auditores Dr. Reinaldo Guimarães e o Dr. José Otávio e propõe a plenária três
9 minutos para cada pessoa se manifestar. O presidente do CMS, Roberto, passa a palavra o auditor, Dr. Reinaldo
10 Guimarães e informa ao plenário que o auditor irá informar o objetivo da auditoria. O auditor Dr. Reinaldo
11 Guimarães, expõe ao plenário do Conselho que esta Auditoria faz parte de uma rotina da Secretaria Estadual de
12 Saúde e foi desencadeada no início do mês de maio do corrente ano, para a verificação em todos os municípios
13 de Minas Gerais, se estes municípios estão cumprindo as normas para os quais foram habilitados, se os
14 municípios que foram habilitados para a gestão plena de atenção básica estão cumprindo os requisitos que eles
15 mostraram que iam cumprir. E se os municípios plena de sistema estão habilitados. Informou que o roteiro
16 consta de várias checagens como a verificação e a confirmação do que está contido neste roteiro. Com relação ao
17 Conselho Municipal de Saúde, precisam saber: 1 – A composição do Conselho; 2 – Se estão fiscalizando o Plano
18 Municipal e a aplicação do Fundo. Diz também que faz parte desta auditoria e sua participação como ouvinte de
19 uma reunião do Conselho e que no final do mês de maio de 1999, ligou para o Conselho e ficou sabendo que as
20 reuniões do Conselho eram sempre as quintas-feira, então marcou uma apresentação para o dia 10/06/99, porém
21 esta reunião foi antecipada em função de um feriado ocorrido neste mês, então foi marcado numa Quarta-feira
22 anterior à vinda dos auditores ao CMS. Após estes fatos, em conversa com o Presidente do CMS, Roberto dos
23 Santos e o funcionário José Osvaldo, foi proposto a eles que aguardassem a reunião da eleição da nova Mesa
24 Diretora, para que eles participassem hoje da reunião com a nova mesa diretora. Informou também que mesmo
25 não tendo realizado a eleição, ficou mantido a data de hoje, diz que participarão como ouvintes e não haverá
26 denúncias e que as falas iriam fazer parte da ata, informou também que na Secretaria Estadual de Saúde tem
27 auditores, médicos, odontológicos, enfermeiras e administrativo contábil e que após esta auditoria irão pegar nos
28 outros setores os informes para constar do roteiro de relatório da auditoria, irão fazer conclusões e se necessário
29 for, irão fazer uma auditoria especial, onde serão nomeadas pessoas designadas especialmente para este fim. Na
30 seqüência o Presidente pergunta ao plenário se alguém tem alguma pergunta, após algumas dúvidas sobre o
31 tempo das falas, a secretária geral, Sônia Santos, esclarece que será mantida a deliberação do tempo que o
32 Conselho já tem; que as pessoas poderão falar quantas vezes quiserem bastando para isto, se necessário for se
33 inscreverem após o tempo permitido. O presidente Roberto, informa ao plenário que a reunião será encerrada às
34 17:00 horas. O conselheiro Evaristo Garcia de Matos, lê um documento contendo várias denúncias e o entrega
35 aos auditores. A conselheira Janine, denuncia a implantação do Projeto BH-Saúde, diz que a secretaria não
36 consultou o CMS para a implantação deste plano e cita a Lei 8080 e 8124, faz a leitura de uma matéria do Diário
37 da Tarde, desta data 24/06, sobre a contratação de 500 agentes comunitários o que fez que o plano está sendo
38 implementado, dizendo ser ilegítimo. Que o CMS não está sendo respeitado. O conselheiro Paulo Roberto
39 Venâncio de Carvalho, faz várias denúncias, entre elas, desmonte da saúde mental, informa que o CMS foi
40 contra a portaria de Medicamentos, denuncia que o fechamento dos postos, o projeto BH-Saúde, doação do
41 Posto de Saúde, perda de verba do leite e colocação das urnas em postos de saúde, não foram passadas pelo
42 CMS, acusa o secretário de leviano e autoritário e não respeita o CMS. A participante Rosalina acusa alguns
43 grupos de estarem contra a SMSA, entre eles a Rede Globo, fazendo denúncias diárias, cita o fato de uma
44 denúncia da TV Globo na data de hoje 24/06/99, sobre a morte de uma criança ocorrida ontem 23/06, onde a
45 rede chamou de “falta de comunicação e inoperância do sistema”, a transferência da criança para o leito de UTI,
46 diz que o leito foi conseguido, informa que em 1996 o CMS promoveu uma discussão sobre os leitos de CTI e
47 UTI Infantil com a participação dos Conselhos Municipal, Estadual, Direito da Criança e do Adolescente,
48 Juizado, Diretores de hospitais que ofereciam leitos de UTI’s em Belo Horizonte. Informou que o CMS tem uma
49 Resolução à respeito disto e que desta reunião foram tiradas várias deliberações pelo Conselho para serem
50 encaminhados para que se resolvessem os problemas que é obrigação do estado e vem sendo transferido para o
51 judiciário. Informa que o judiciário está assumindo a responsabilidade do estado que é de oferecer leitos de CTI
52 Infantil. Acusa o juiz da Infância e Adolescência em fazer parte do grupo que está contra a Secretaria, em
53 declaração feita nesta data, a Rede Globo de televisão, a seguir coloca aos auditores que Belo Horizonte não tem
54 nenhum plano aprovado pelo CMS desde 1992 e a programação anual também não foi aprovada pelo CMS. A
55 secretária geral, Sônia justifica a ausência da conselheira Jô Moraes. O conselheiro Antônio Carlos denunciou a
56 falta de vários medicamentos nos Postos de Saúde, cita: Salutamol, Adalat, Dexametazona, Voltarem,
57 Neomicina, informou também a falta do DIU na área de planejamento familiar e denuncia o fechamento do Posto
58 de Saúde e questiona quem administra a saúde em Belo Horizonte. A conselheira Joana Conceição, questionou
59 os auditores como eles se sentem, sendo que o próprio governo federal não tem programa de saúde, informou
60 que esteve na última plenária em Brasília e constatou esta falta de programa por parte do governo, que Minas
61 recebe menos recurso que o resto do país, denuncia que o dinheiro da saúde foi desviado, e a violência nos
62 Postos de Saúde. Propõe agir contra os fornecedores de medicamentos. O participante Boaventura, do Sindicato
63 dos Trabalhadores e Hospitais de BH, colocou que a questão não é pessoal é política, denunciou que o prefeito
64 Dr. Célio Castro não cumpriu o que disse na época das eleições e nomeou o atual secretário de saúde sem
65 consultar partidos e conselhos, denunciou a saúde de BH como doente e de problemas que vem ocorrendo entre
66 usuários e trabalhadores dos postos de saúde em razão de notícias distorcidas na Imprensa. Informou que o
67 Sindicato da categoria soltou uma carta de apoio a população e acusa o secretário ter dado ordens para que se

68 recolhesse este material, acusou o CMS ser responsável pela mudança atual da situação da saúde em BH. O
69 conselheiro José Osvaldo, coloca a questão da portaria interministerial 22, a seguir levanta a questão sobre a
70 Unidade de Emergência do HJK, que vem sendo noticiada na imprensa, após quatro anos pouco noticiada,
71 questiona as causas dessas manchetes, falta de médico, equipe desfalcada ou super lotação? O participante
72 Leonardo, sugeriu que o CMS discuta questões estruturais, conjunturais, informou o desconforto que a saúde
73 pública vem sentindo com a orquestração por parte do governo federal, e da grande imprensa que massacra e
74 manipula os pensamentos dos usuários, destruindo o SUS. Acusa que Minas e Belo Horizonte em função de ter
75 uma política adversa do governo federal, sofre distorções do sistema aqui existente, informou que a Secretaria
76 investiu 700 mil por mês em medicamentos e não 200 mil, acusou o fluxo migratório de usuários da RMBH de
77 contribuir para se agravar a situação, sobrecarregando o sistema, propõe que o CMS e partidos políticos se unam
78 para discutir e somar forças para enfrentar o poder do governo federal, informou que veio em nome do PMDB,
79 da executiva, de 4 distritos sanitários, dar o testemunho e o apoio formal à condução da política do Sistema
80 Único de Saúde por parte da atual secretária e do atual prefeito. A participante Fátima Regina, representante do
81 SINTSPREV, diz ser providencial sua fala após o Dr. Leonardo e questiona a ausência do mesmo em reunião da
82 FHEMIG com o SINTSPREV, denuncia que nesta reunião o diretor de planejamento, Dr. Jesus, entregou uma
83 portaria da SMSA onde dizia não à Universalidade com respeito a exames, onde a FHEMIG não pode fazer
84 exames na rede municipal, informou que esta portaria foi entregue ao Ministério Público e também denunciaram
85 ao CMS, um caso de usuário do HJK que não pode fazer exame na rede municipal. O conselheiro Luiz Cláudio
86 acusa o CMS de estar retrocedendo, de fugir dos objetivos e vai para o ataque pessoal a nível de secretaria,
87 esclarece as questões de medicamentos, informa que o governo federal teria que entrar com um real per capta
88 ano, o governo estadual com cinquenta centavos per capta ao ano e o governo municipal com cinquenta centavos
89 ano, para compra de medicamentos sobre uma lista básica de 40 medicamentos que a PBH investiu nove vezes o
90 valor estabelecido em Lei, e da lista básica de quarenta medicamentos a prefeitura entra com 134 (cento e trinta e
91 quatro) medicamentos, denuncia que o fluxo migratório de outros municípios da RMBH vem prejudicando, o
92 município de BH, a SMSA e o secretário Marílio Malagutti, informa que tem municípios que recebe uma verba
93 maior, cita Ibitiré que recebe 18% e BH 11% e faz o uso dos serviços de Belo Horizonte, propõe que os
94 auditores faça auditoria nos municípios vizinhos, justifica a falta de medicamentos além da absorção da demanda
95 dos municípios vizinhos, financiamento, contratos de fornecimento com as empresas, recusa das indústrias em
96 função do dólar e finaliza a sua fala declarando que houve um avanço muito grande na saúde, cita controle da
97 Dengue. O conselheiro Evaristo Garcia, diz que não existe grupelhos e sim analfabeto político que enxergam
98 somente “um palmo além do nariz”, informa que no orçamento de 1999, está previsto noventa e um milhões da
99 prefeitura para o Conselho, trezentos e noventa e quatro milhões da união para o CMS, que somados esta verba
100 seria quatrocentos e oitenta e cinco milhões. Declara que dos quatrocentos e oitenta e cinco milhões/ano, chega
101 ao Conselho, duzentos e sessenta e um milhões, questiona para onde vai a outra parte do dinheiro, isenta o
102 Secretário Municipal de Saúde, Marílio Malagutti, sobre a aplicação da verba e responsabiliza o secretário de
103 planejamento, lê o relatório feito pela Secretaria do Planejamento e questiona, porque o saneamento está incluído
104 junto com a saúde na aplicação desta verba. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, informou que
105 há um ano quando, os conselheiros assumiram este Conselho, ao serem apresentado o Relatório de Gestão foram
106 feitas várias críticas, declara que tem que se comparar com o Plano Municipal, o Relatório de Gestão. Informa
107 que na época foram feitas vários adendos e propostas para aplicação de verbas, lê alguns trechos do documento o
108 qual chama de “Relatório Financeiro”, questiona o modelo do Relatório e propõe que o CMS cobre um
109 Relatório de Gestão onde se transpareça os efeitos e as intenções da Secretaria no que foi aplicado” e por fim
110 passa a cópia do relatório da secretaria para os auditores informa que é oficial. O conselheiro João Athayde,
111 reafirma a importância da auditoria no CMS, informa que o serviço público tem que ser planejado e orçado, com
112 relação ao Projeto BH-Saúde, diz que tem que ser orçado, apresentado o plano no seu todo para que o Conselho
113 obedecendo a legislação atual assinada pelo prefeito Célio de Castro, possa deliberar, esclarece que a acusação
114 que o Conselho sofre em travar a SMSA é falsa, e sim que o CMS se preocupa com a legalidade do
115 funcionamento, para que nenhum ato atinja o SUS e conclui citando o decreto do estado sobre a volta dos
116 funcionários, propõe que a auditoria encaminhe esta questão da volta destes funcionários, sem repasse de verba,
117 que a auditoria chame o Estado para que a questão. O participante Paulo Roberto Braga, usuário, aglomerado
118 Santa Lúcia, informa que no início deste ano foi criada uma Comissão Local de Saúde para auxiliar a Secretaria
119 de Saúde nas suas ações na região, denuncia que a Comissão não foi respeitada com a retirada do Posto de Saúde
120 da região, declara que a mudança para outro bairro foi negativa para os usuários, informou que aceitaram a
121 proposta da regional Centro-Sul sobre a questão da implantação do BH-Saúde na região, diz entender que o BH-
122 Saúde vai substituir o Posto, fato que a comunidade não aceita e finaliza dizendo que o Programa BH-Saúde tem
123 que vir complementar e não substituir, informa que a comunidade entrou na justiça junto com o Sindicato para a
124 volta do Posto na Vila Santa Rita de Cássia. O participante Luiz Coelho, da Comissão de Saúde Cícero Ildefonso
125 do Vista Alegre, denuncia a falta de médicos, remédios, espaço físico, atendimento de emergência e marcação de
126 consulta com agenda lotada, propõe a resolução dos problemas citados. A participante Luzia Lizite, diretora do
127 Distrito Sanitário Nordeste, informou que a partir da Gestão do atual Secretário Marílio Malagutti o que se tem
128 visto foi uma grande melhora, aumento das internações, recomposição das equipes mínimas nos Centros de
129 Saúde, aumento nas ofertas de consultas, com relação à falta de medicamento, informa que a alta do dólar é a
130 causa desta questão. A fala da senhora Luzia é interrompida por vaias da plenário. O presidente do CMS,
131 Roberto dos Santos, faz intervenção solicitando ao plenário que coopere. A secretária geral, Sônia Santos pede
132 que a senhora Luzia a dê alguns instantes e diante de um plenário em vaias, pede que se respeite a fala da
133 senhora Luzia e informa que as pessoas que quiserem falar que se inscrevam. A diretora do Distrito Sanitário
134 Nordeste, Luzia, declara que é emblemático o que está acontecendo no CMS, e diz estar satisfeita que os

135 auditores estejam presentes para certificar-se, o que acontece sempre, denunciou que qualquer opinião não sendo
136 do “grupo que está dominando” o CMS, é vaiada, informa que o Programa BH-Saúde é recomendado pelo
137 Ministério da Saúde e tendo sido discutido nos distritos de forma democrática. O conselheiro Antônio Carlos,
138 acusa a senhora Luzia de ter desrespeitado o plenário, questiona a equipe mínima, com relação aos turnos,
139 parabeniza a secretaria pela colocação da equipe mínima, diz estar faltando equipes mínimas, seriam necessárias
140 três equipes para cada Centro de Saúde, informou que a população participou de forma ativa na Campanha
141 contra a Dengue, acusa a licitação de medicamentos como incorreta e propõe a discussão do processo de
142 licitação de medicamentos. A representante dos trabalhadores da regional Oeste, Mônica, lê um documento em
143 nome da equipe de enfermagem e entrega o documento aos auditores. O conselheiro Antônio Gomes, propõe que
144 se discuta o projeto BH-Saúde com o secretário Marílio Malagutti, denuncia também que funcionários da
145 prefeitura estão sendo obrigados a pagar consulta na BEPREM, a falta de vagas no HOB, propõe também que a
146 promotoria tome medidas sobre estas questões. A conselheira Anadil, informa que em visita a UPA e PAM da
147 região Oeste ficou constatado que: falta no atendimento médico na área clínica, filas imensas, falta de respirador,
148 medicamento para entubar, pessoas praticamente internadas no UPA, troca de 16 médicos por vencimento de
149 contrato, acusa os Centros de Saúde de serem responsáveis por estas questões e propõe a realização de concurso
150 público urgente. A conselheira Maria Josefina, denuncia que a Lei do Fundo Municipal de Saúde não está
151 cumprida em BH, denuncia que no Conselho da Pampulha os presidentes tem sido trocados por problemas
152 políticos, não tendo cumprido o mandato de 3 anos, questionou também a falta de vale-transporte para os
153 usuários. A conselheira Dalva, refere-se a fala do conselheiro Garcia, diz pelos critérios do conselheiro, se incluía
154 também como analfabeto político o prefeito Célio de Castro e justifica informando que o prefeito disse que o
155 problema da falta de condição da saúde era falta de gerenciamento e não de questão financeira”, questiona a
156 questão da responsabilidade da verba ser federal. A participante Rosalina discordou da fala do conselheiro
157 Garcia no que se refere ao “analfabeto político”, informa que esse não é o caso do CMS-BH, que este Conselho
158 tem tentado fazer uma discussão geral sobre a política, cita a questão do financiamento da saúde no Brasil, foi
159 objeto das maiores manifestações deste Conselho, a lutar pela PEC 169, concorda com a fala da conselheira
160 Dalva no que se refere às explicações do prefeito Célio de Castro recentemente e completa questionando o atual
161 plano de saúde de BH, informou que o atual plano municipal foi aprovado na gestão do Dr. José Maria Borges.
162 O participante Boaventura, questionou a fala do senhor Leonardo, com relação a união dos municípios, diz
163 existir uma contradição nesta questão por ser o PMDB uma das maiores pilares que sustenta o governo federal,
164 denuncia problemas na saúde e no transporte coletivo de BH e acusa que a PBH ajuda a sucatear a saúde
165 pública, o serviço público e penalizar a população, propõe uma discussão no CMS sobre a responsabilidade do
166 setor privado no sucateamento da saúde em BH, questiona a seriedade das fala do secretário e parabeniza o
167 CMS, que no seu entender resiste ao secretário Malagutti. A conselheira Gislene, informou que não se pode
168 comparar uma prefeitura progressista com um governo neoliberal e anti-social, diz que o CMS não está brigando
169 com o prefeito, nem com o secretário e sim luta pela reconstrução de uma parceria, questionou a matéria sobre a
170 contratação de 500 agentes pela prefeitura no Projeto BH-Saúde, propõe a discussão sobre o plano BH-Saúde
171 com o prefeito Célio de Castro, para que o CMS entenda e aprove, questiona Programa BH-Saúde contempla ou
172 não contempla o SUS, denuncia a falta de medicamentos e propõe que seja retirado uma comissão para
173 solucionar o problema de medicamentos ou então pegar de novo a verba e comprar em outro lugar, pede que os
174 auditores ajude a resolver o problema das verbas de medicamentos. A conselheira Ednéia Aparecida, informa
175 que está preocupada com a implantação do Projeto BH-Saúde, que apesar de ser um projeto do governo federal,
176 o Conselho Nacional de Saúde não tem conhecimento deste projeto, pois o Ministério da Saúde não discutiu esta
177 questão com o CNS, informou que é completamente a favor do Projeto BH-Saúde, desde que se discuta o projeto
178 com o CMS e que a representação da mesma seja ouvida e respeitada, declara que o CMS quer fazer inclusão no
179 Projeto BH-Saúde e acusa a SMSA de negar o direito de discutir e até mesmo de conhecer o projeto, denuncia
180 que existe dois projetos questiona a falta de remédio na saúde mental, falta de material de oficina, acusa o CMS
181 de falta de integração. A conselheira Terezinha, contempla a fala de Ednéia e sugere ao Secretário Marílio, que
182 ao invés de implantar o BH-Saúde, que use a verba para comprar medicamentos, para recursos humanos, diz que
183 o Projeto BH-Saúde se implantado irá piorar a situação. A conselheira Joana, pergunta aos auditores se os
184 municípios da Região Metropolitana de BH também estão tendo auditoria e questiona a questão dos receituários,
185 sobre a autorização da SMSA/BH do não fornecimento de remédios a usuários de outros municípios. A diretora
186 do departamento de administração e finanças, Elizete, esclarece ao plenário a questão em relação ao relatório
187 financeiro que o conselheiro Paulo Roberto Venâncio de Carvalho apresentou, informa que este relatório
188 financeiro é de pagamento, ou seja, é o que foi pago no mês e não o que foi comprado, informou que quando são
189 feitos compras na área pública, há tomada de preço e são no mínimo sessenta dias para concluir o processo, o
190 fornecedor tem 15 dias para entregar, após isto a SMSA paga na medida da condição financeira que o fundo tem,
191 informa que no final de 1998, a condição financeira do Fundo não era suficiente para arcar com todos os
192 compromissos, que os valores ditos pelo conselheiro Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, achou baixo, eram
193 pagamentos de compra anteriores que se conseguiu efetuar naqueles meses e não o que foi comprado, quanto a
194 questão de medicamento, esclareceu que no mês de maio foi distribuído oitocentos e quarenta e um mil reais e
195 até junho foram feitas compra de quase sete milhões, informa que o processo inicia-se com as licitações, são
196 entrega trimestrais, que vão sendo feitas à medida que a Secretaria pede o fornecimento, declara que alguns
197 fornecedores não estão entregando esses medicamentos alegando a falta de matéria prima e alta cotação do dólar,
198 informa que com relação a FURP, amanhã, dia 25/06, a responsável pelo apoio diagnóstico irá a São Paulo para
199 resolver a questão, pois denuncia que a FURP não atende telefonema e cartas da SMSA, acusa a FURP de não
200 estar entregando os medicamentos básicos para a rede e que tudo que entrega está fora, principalmente
201 medicamentos para a saúde mental, informou que a Secretaria tem comprado medicação para saúde mental em

202 laboratórios particulares com preços “infinitamente” maiores, para não faltar, esclarece que após a visita de
203 Vicencina à São Paulo para resolver estas questões é que a Secretaria poderá fazer outro processo licitatório para
204 fazer compras em laboratórios particulares, justificou que a questão da saúde em Belo Horizonte, não é só de BH
205 e sim do país, denuncia a crise econômica, o desemprego em fazer com que o povo perca o seu poder aquisitivo,
206 levando à procura pelo serviço público, pede a compreensão e a ajuda ao CMS, em parceria com a SMSA a
207 negociar com os Fornecedores e a buscar alternativa na compra de medicamento com o recurso que está cada dia
208 diminuindo. O conselheiro Luiz Cláudio, esclarece que lamentava que o Secretário Marílio havia se retirado,
209 pois queria fazer um pleito para que o Secretário conseguisse uma consulta de Oftalmologia ou Otorrino,
210 informa que algumas comparações feitas entre o governo FHC e Célio de castro seu entender é diferenciado e
211 esclarece que como membro do PMDB, gostaria de informar que o PMDB é um partido heterogêneo e com
212 diversos segmentos, mas que existe no partido democracia onde um respeita o outro dentro de suas verdades,
213 questiona os auditores quanto a visita aos municípios vizinhos a RMBH, diz que BH é vítima da negligência
214 destes municípios e se coloca como gestor à disposição do Distrito para fazer uma pesquisa nas filas das
215 Unidades de Saúde, onde será constatado que 40% das pessoas vem de outros municípios, fato este que envolve
216 todas as questões levantadas nesta reunião como medicamentos e comprovar a satisfação da população nas áreas
217 onde está sendo implantado o BH-Saúde.. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, informa a
218 existência de dois problemas sérios detectados nesta reunião, que tem que se mudar, cita o primeiro: a
219 apresentação “agora” do Relatório de Gestão de 1998, que o valor gasto tem que ser comprovado, duvidou se
220 estão gastando 800 mil reais, e desafiou a SMSA a mostrar esse valor, diz ser um fato, colocou outra questão
221 dizendo ser contrário a forma como o MS trata os municípios. Disse que as últimas portarias são polêmicas e que
222 é um atentado contra o SUS, informou que quando foram elaborar o PPI, ele foi um dos agentes, via Conselho
223 Estadual, que mais brigou para conseguir verba para BH e que por outro lado não dá para mascarar a situação de
224 Administração que está acontecendo na Secretaria, disse que o desrespeito ao Conselho, através de declarações
225 feitas pelo Secretário Marílio Malagutti à imprensa, o levaram a sua destituição da presidência do CMS e
226 quando presidente do Conselho não comparecia às reuniões e completa dizendo que no momento após a sua
227 destituição ele tem comparecido um pouco, denuncia novamente que não há prestação de conta devida, nem
228 Relatório de Gestão devido, nem Controle Social devido, informou que falta responsabilidade técnica,
229 denunciou que o Projeto BH-Saúde não tinha sido apresentado pelo Secretário, quando então foi marcado uma
230 reunião pelo Conselho e o Secretário se fez presente onde somente criticou os autores do Projeto e desrespeitou o
231 Conselho, fato este que levou o Conselho a marcar um Seminário para discutir o BH-Saúde, quando então foram
232 apresentados dois Projetos, um mascarado e outro que iriam de fato implantar, este fato ocasionou o fechamento
233 de Centros de Saúde à revelia do CMS, finaliza acusando a existência de desrespeito a toda forma de Controle
234 Social. A representante da SMSA do setor financeiro, Elizete informou que a SMSA está aberta a todo o
235 momento a prestar qualquer esclarecimento que o Conselho precisar, esclareceu que desde o mês de Maio estão
236 tentando fazer apresentação de contas ao CMS, informou que foram enviados vários ofícios ao Conselho. Neste
237 momento, o presidente Roberto dos Santos, faz intervenção informando que a mesa diretora irá suspender os
238 trabalhos até que o plenário cesse com um início de tumulto, informou que à senhora Elizete foi dado direito de
239 resposta pela mesa diretora, consulta o plenário sobre a continuação da fala da senhora Elizete como direito a
240 resposta. O plenário concorda. A senhora Elizete continua a sua fala informando que a prestação de contas está
241 pronta desde o mês de maio e aguardando o CMS fazer junto com a SMSA os esclarecimentos, disse que em
242 maio quando foi feito a prestação de contas, só havia uma conselheira para receber a prestação de contas da
243 SMSA, reafirmou que foram enviados vários ofícios ao Conselho para marcar uma reunião para apresentação de
244 contas, não só de 1998 como também do 1º trimestre de 1999, justifica o seu direito de resposta quando foi
245 acusada de não ter apresentado prestação de contas, disse que a conselheira presente na época era Anadil e
246 completa dizendo que o HOB também veio para prestar conta e não tinha ninguém, disse ser impossível prestar
247 contas se não tem conselheiros para ouvir, coloco-me a disposição do CMS para prestação de contas. O
248 conselheiro Silvio, fez a seguinte colocação: que a SMSA tem por obrigação apresentar relatórios trimestrais ao
249 Conselho e que isto não em acontecido, informou que o último relatório apresentado foi o do final do ano de
250 1998, pede que: se chegou à mesa diretora essas colocações, que a mesa informe, pois como membro da CTCA
251 não recebeu nenhum relatório. O presidente do CMS, Roberto do Santos, respondeu informando que está com a
252 mesa diretora os relatórios financeiros de Gestão de 1998, Relatório Financeiro de 1998, Relatório Financeiro do
253 1º trimestre de 1999, Relatório Financeiro HOB de 1998 e Relatório Financeiro HOB de 1999, informa que a
254 conselheira Anadil tem conhecimento destes fatos. A secretária geral Sônia Santos informa que o José Osvaldo ,
255 como sendo da Secretaria Executiva do CMS irá prestar esclarecimento sobre essa questão. O conselheiro José
256 Osvaldo esclarece que o relatório de 1998 iria ser entregue, como só tinha a Anadil não houve entregas e o
257 Relatório de 1999 será entregue esta semana. A representa da SMSA, do setor financeiro Ana Paola faz
258 intervenção e esclarece as questões do Relatório Financeiro de 1998, disse que o Fundo Municipal de Saúde tem
259 até o dia 31 de Março de 1999, para concluir o ano de 1998 e que foi concluído nesta data, disse que no dia
260 03/05/99, foi apresentado para CTF e informou que após a conclusão de 1998, foi feito o 1º trimestre/99, que foi
261 encaminhado semana passada e que logo após concluir o ano de 1998, o setor de contabilidade preparou os
262 documentos para fazer o 1º trimestre de 1999, que após o fechamento do mês de Julho ou seja em Agosto ou
263 Setembro a SMSA estará preparando o Relatório do 2º trimestre, informou que não tem condições de parar o
264 relatório enquanto o mês está vigente, disse que após cada trimestre, o relatório é apresentado de um a dois
265 meses depois à Câmara Técnica, informa que a SMSA tem como prioridade trabalhar dentro do prazo. O
266 conselheiro Silvio, passou para os auditores a cópia da denuncia feita pelo Sindicato dos Médicos no dia
267 14/05/99 e informou que a SMSA se equivoca em adotar determinadas atitudes como nas questões de
268 medicamentos e exames, disse que trabalha a nível distrital como servidor técnico e que existe uma demanda

269 muito grande, principalmente da rede da FHEMIG, Odete Valadares e região, quando gestantes que fazem o pré-
270 natal no Odete Valadares e a partir de portarias não consegue fazer exames nos laboratórios da rede municipal,
271 que a SMSA tomou como atitude o princípio inverso do que deveria ser ou seja, coloca a população cobrando do
272 gestor estadual aquilo que deveria ser cobrado pelo gesto municipal e esta questão faz com que o usuário do
273 serviço público SUS, faça essa cobrança ao diretor do hospital, é impossível um usuário chegar até um diretor do
274 hospital para fazer uma reclamação, informa que quem tem o poder de negociar é o gestor como o Secretário
275 Municipal e não o povo. A conselheira Regina, diretora do Distrito Sanitário Centro-Sul, esclarece as questões
276 relacionadas ao Centro de Saúde Santa Rita, disse que o Centro de Saúde não foi fechado e sim transferido, e que
277 todo este processo de negociação foi discutido com a comunidade no Conselho de Saúde e que ainda está em
278 processo de negociação com a Comissão Local de Saúde, com a comunidade do Santa Rita e os representantes
279 desta negociação é o Administrador da regional Centro-Sul e que esta transferência foi feita contra a vontade da
280 SMSA, no carnaval quando um trabalhador foi usado como “escudo humano” ao chegar ao trabalho, este fato fez
281 com que nenhum trabalhador quisesse voltar ao Centro de saúde ao local onde estava funcionando até então,
282 disse que foi transferido provisoriamente para a rua Cristina, com o consentimento de toda a comunidade e a
283 Comissão Local de Saúde; pois ficariam sem atendimento, informou que foi olhado os dois lados, tanto o
284 trabalhador quanto o usuário, continua atendendo a mesma população, informou que o horário de atendimento
285 foi ampliado até as 19:00 horas e não teve nenhum gasto, pois o local utilizado é um prédio da PBH que estava
286 fechado e que é consenso entre trabalhadores e usuários do serviço que o local onde estava pela condição de
287 continuar, disse que o processo não está concluído e que irá ser apresentado depois ao CMS a proposta final,
288 informou que o Sindicato dos Médicos foi comunicado, foi pedido uma avaliação, foi feito uma Comissão do
289 Conselho Distrital de Saúde para avaliar as condições onde funcionava o antigo Posto de Saúde Santa Rita,
290 reafirma que não foi feito um fechamento e sim uma transferência provisória. A participante Fátima Regina,
291 conselheira distrital do Barreiro, faz repúdio a fala da senhora Luzia, lamenta a retirada do Secretário desta
292 reunião, pois gostaria de propor a ele que se desse a Dr^a Luzia uma vacina anti-rábica assim como o mesmo
293 propôs aos sindicalistas, diz ser complicado a presença da Dr^a Luzia na reunião e a acusa de complicar as
294 plenárias com acusações falsas, disse fazer parte do Conselho Distrital do Barreiro e lá também tem pelo menos
295 dois Centros de Saúde sem equipe mínima e acusa Dr^a Luzia de ser característico, a presença da Dr^a Luzia em
296 reuniões do Conselho, disse que a mesma só comparece e faz polêmica e vai embora, disse reconhecer que o
297 governo tem que ter seu papel, comparecer as reuniões do CMS, discutir as questões, porém com respeito,
298 propõe ao governo que repense nas pessoas que o representa, pois sentiria-se envergonhada de ter como
299 representante a Dr^a Luzia, acusa a mesma de não contribuir em nada, que já vem ensaiada e que a Dr^a Luzia
300 denegride a imagem do CMS erroneamente, levando a denegrir a imagem do governo que tem pessoas capazes.
301 O conselheiro Antônio Carlos, agradece a Fátima pelas acusações feita a Dr^a Luzia e justifica dizendo que “se
302 veja o que eles sofrem na Nordeste”, contesta a fala da conselheira Terezinha e informa que o governo não pode
303 aplicar a verba da contratação em outras áreas, porque num novo plano de saúde para BH implicaria gerir uma
304 verba de recurso federal de 30% pelo PAB, pede à comissão que está apurando esta questão que fiscalize, disse
305 que no seu entender é ilegal contratar com dinheiro do Fundo Municipal para o novo plano de BH, informa que
306 teria que ser aprovado pelo CMS, acusa a SMSA de estar implantando o BH-Saúde sem aprovação do CMS,
307 reafirma a denúncia sobre a demora para marcação de consulta de oftalmologista, diz levar de dois a três meses,
308 denuncia que a licitação está errada e propõe que se faça outra licitação com critérios, disse que se tiver alguma
309 lei que esteja errada que se faça uma discussão para muda-la, cobra a entrega do Centro de Saúde Vila Reunidas
310 que era para ser entregue no mês de Dezembro, disse que em conversa com o pessoal da obra, a alegação pela
311 demora da entrega é a falta de pagamento, informa que sobre esta questão foi feito uma licitação que ficou em
312 “setenta e poucos mil reais” e foi pago somente um terço e questiona onde está indo o resto da verba do Fundo,
313 convida os auditores para uma visita ao Posto de Saúde da regional Nordeste para que se constate os problemas
314 existentes, informa que os problemas são causados por falta de pessoal . A conselheira Anadil, esclarece que a
315 SMSA tem razão, quando disse que só tinha ela para apresentação do último relatório de 1998, disse que o
316 relatório de 1999, ainda não teve em mãos, e o que está ocorrendo é o excesso de reuniões, onde marca todas as
317 Câmaras Técnicas no mesmo dia, propõe que haja uma discussão sobre esse assunto, dizendo que alguns
318 membros estão em mais de uma Câmara Técnica, propôs que se estude um meio para que estas Câmaras
319 Técnicas funcionem e reconhece que uma pessoa sozinha não tem condições de receber como aconteceu com ela
320 que ficou sozinha com dois representantes do HOB e a Paola, questiona como ela sozinha poderá analisar,
321 perguntar e fazer uma série de questionamento sobre o Relatório, questiona a falta de medicamentos, pergunta
322 que se comprem os medicamentos, onde eles chegam? Informa que se quisesse traria hoje só da Regional Oeste,
323 quatorze ônibus de pessoas que estão sem medicamentos, disse que só não fez para não tumultuar esta reunião,
324 informou que mesmo depois de várias reuniões, discussões e questionamento as questões sobre consultas
325 especializadas continua o mesmo problema ou seja não se consegue marcar levando inclusive até a vir a morrer
326 aquele paciente que esteja necessitado, denuncia o abandono dos Postos de Saúde, onde falta tudo, até bancos,
327 informou que foi feito um bazar para que se pudesse comprar estantes, bancos, etc., acusa de estar havendo um
328 retrocesso e diz estar presente também por esta luta. O conselheiro Roges, pede que se deixe registrado o mal
329 estar instalado pela SMSA pelo desrespeito ao CMS na implantação do Projeto BH-Saúde, cuja política instalada
330 é equivocada, porque ela fere os princípios do SUS, acusa a SMSA não apresentar este Projeto ao CMS porque
331 certamente o CMS irá informar ao Secretário que o Projeto não daria certo, disse ter sentido este Projeto ser
332 implantado, sem a aprovação do CMS, propõe à mesa diretora, que encaminhe para a auditoria, a plenária
333 realizada no dia 21/06/99 do CMS, do Fórum Mineiro de Saúde Mental e de diversas entidades, que se apresente
334 a ata com as respectivas denúncias e que se dê prioridade na transcrição desta ata do dia 21/06/99. O conselheiro
335 Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, referiu-se a questão do fechamento do Posto do Santa Maria e disse que o

336 papel do conselheiro é que se for uma questão técnica, analisar para ver se realmente vai fechar, inclusive se
337 necessário for até agir junto com a Secretaria se achar que deve fechar, informa que isto não foi feito no CMS e
338 que anteriormente houve um precedente que foi o fechamento do UAPU Venda Nova, que a SMSA não pode
339 cobrar do CMS a tentativa do diálogo, informa que na 1ª plenária de janeiro o CMS deliberou nesta plenária a
340 ida ao Ministério Público na expectativa de uma resposta de diálogo com a Secretaria, na esperança de uma nova
341 reação da Secretaria com o CMS, diz que pessoas ligadas ao governo fez um desafio na plenária dizendo que o
342 CMS não iriam ao Ministério Público, informa que a SMSA pediu pôr três vezes que se dilatasse o prazo para
343 que fosse entregue os documentos exigidos pelo Ministério Público, disse que este procedimento da Secretaria
344 pode levar “talvez” ter o CMS a acionar a polícia para ver se a SMSA faça a entrega destes documentos, informa
345 que pôr nenhum momento seja por ele ou pôr qualquer outra pessoa do CMS, foi negado o diálogo com a
346 SMSA, denunciou o fechamento do Jornal do CMS e colocou como afronta o Jornal BH-Saúde lançado pela
347 SMSA, acusando ser um jornal partidário, de propaganda política do Secretário Marílio Malagutti e diz que estas
348 três edições foram feitas com a verba da AIDS, disse que um órgão de veiculação até ajudaria o Conselho, mas
349 não na linha a qual foi feito e passa as mãos dos auditores o exemplar do Jornal BH-Saúde para avaliação dos
350 mesmos. O conselheiro João Athayde, informou que gostaria de registrar para os auditores como o poder público
351 está encarando o CMS que ao invés de encarar como parceiro na construção do SUS, cai no jogo do governo
352 federal, contempla a fala do conselheiro Luiz Cláudio Orsini e reafirma a integralidade do SUS, disse que esta é
353 a luta do Conselho e pôr este fato o CMS é colocado como contrapor a política, como se o Conselho estivesse
354 prejudicando o funcionamento da SMSA, diz que o prefeito Célio de Castro quando expõe um Projeto, este tem
355 um sentimento para resolver a saúde do povo de BH, porém na prática ele não escolhe bem o seu secretário, que
356 busca desestruturar a Secretaria, diz que o secretário se inscreveu nesta reunião, mas infelizmente não veio falar
357 e completa dizendo que é nas discussões políticas da saúde que irão encontrar as soluções, discordou quanto às
358 questões que a SMSA diz que o CMS veio para dificultar o funcionamento, declarou que a SMSA tinha que estar
359 junto com o CMS para buscar os recursos federais, acusa a SMSA e a prefeitura de tentar agredir o Conselho e
360 dizer que são partidos políticos que no seu entender lutam pela melhor qualidade de vida do povo, que são
361 responsáveis pela atual situação precária da saúde em BH. A secretária geral Sônia Santos, passa a palavra aos
362 auditores para prestarem esclarecimentos. O auditor Reynaldo, voltou a informar que tem um roteiro de relatório
363 de auditoria Municipal de Saúde que é feito em todos os municípios de gestão plena de Sistema Municipal,
364 informou que nos municípios vizinhos que também tem plena de sistema também é feito este roteiro e que os
365 municípios que tem de atenção básica é feito um outro roteiro e cita Taquaraçu como o único não habilitado, que
366 esta auditoria é para verificar se estão sendo mantidos os requisitos que habilitaram estes municípios, disse que
367 consta neste relatório algumas perguntas como: 1 – Se houve relatório do ano anterior; 2 – Se este relatório foi
368 aprovado ao Conselho; 3 – Se foi realizado a Conferência Municipal; 4 – Como está sendo feito a composição
369 do Conselho, se existem representante do governo, dos hospitais, do serviço de saúde, dos profissionais, dos
370 usuários, se existe profissional de saúde representante; 5 – Qual a frequência da reunião do CMS; 6 – Quais as
371 principais decisões; 7 – As três últimas atas dos três últimos meses; 8 – Se está sendo fiscalizado o Fundo
372 Municipal; 9 – Se existe prestação de contas ao CMS, informa que todas as solicitações já foram encaminhadas
373 ao Conselho e ao Gestor, que a SMSA reconhece a importância do auditor em uma reunião do CMS, trabalho
374 que anteriormente era feito de outra forma e que a partir deste ano está sendo solicitado uma participação em
375 uma reunião do Conselho e que esta ata será lavrada e irão avaliar e encaminharão sugestões e conclusões no
376 relatório final para a SMSA, onde poderá acontecer ou não uma auditoria específica em determinada área, em
377 determinado ambulatório, parte administrativa, contábil, Conselho e etc. Espera vir alguma coisa desta reunião
378 pela importância e representatividade que o CMS tem, informou que o CMS é um órgão permanente e
379 deliberativo, importante e fez a observação da presença de ex-conselheiros a esta reunião, como prova desta
380 importância. A seguir refere a sua fala a conselheira Joana e informa que são feitas auditorias em outros
381 municípios, que a nível estadual existem diretorias regionais em cada local do estado, cita a Central do Estado, a
382 Diretoria Metropolitana, que faz a região metropolitana de BH, com este mesmo roteiro e relatório. O presidente
383 do CMS, Roberto dos Santos, pergunta ao plenário se tem alguma proposta. A conselheira Ednéia Aparecida,
384 propõe que seja formado uma comissão de conselheiros acompanhados pelos auditores para uma verificação na
385 rede do SUS em BH, em todos os Centros de Saúde e hospitais conveniados. O auditor Reynaldo, esclareceu que
386 esta auditoria que estão fazendo é no Sistema Municipal e que existe uma outra auditoria, a ambulatorial e
387 auditoria hospitalar, informa que estas auditorias poder partir com denúncias como as que foram feitas aqui. O
388 conselheiro Garcia, fez um encaminhamento com relação a denúncia da equipe de enfermagem sobre o acúmulo
389 de serviço, disse que a Antônia e a Valéria, lá no Posto de Saúde Andradas já denunciaram há cinco anos estes
390 dados, informa que há cinco anos vem fazendo estas denúncias e fez a seguinte proposta: Que o governador
391 Itamar Franco, e o secretário Armando Costa ou o prefeito Célio de Castro, como Presidente da Associação dos
392 prefeitos, convoquem um Congresso Mineiro de Saúde para discutir este fluxo de doente para BH e que se
393 discuta o recursos para a saúde. A conselheira Janine, propõe que seja marcado uma outra reunião para saber as
394 respostas dos auditores, para saber quais providências foram tomadas e se houve descumprimento em alguns
395 casos e cita como exemplo as Leis 8080 e 8124 do CMS. O auditor Reynaldo informa que o presidente da Mesa
396 Diretora do CMS, pode pegar depois o relatório final na SMSA. O conselheiro Antônio Gomes, propõe fiscalizar
397 os recursos para o HOB. O conselheiro João Athayde, esclarece algumas questões com relação a contratação de
398 funcionários pela SMSA e propõe que: 1- O plenário do CMS aprove o encaminhamento à auditoria, o
399 questionamento de se contratar sem fazer concurso público de forma contínua e não emergencial; após
400 esclarecimentos sobre a Câmara Técnica; 2 – Que seja cobrado do governo a participação do governo na Câmara
401 Técnica, pois dariam subsídios para que usuários e trabalhadores aprovassem ou não os projetos do governo; 3 –
402 Que o Relatório de Gestão que deveria passar hoje a auditoria fosse remetido novamente a SMSA pelo fato de

403 ter havido confusão pôr parte da área de finanças e pôr parte dos usuários e que ao invés de mandar para a
404 auditoria que se cobre da prefeitura e da SMSA um Relatório de Gestão de fato. O conselheiro Antônio Carlos,
405 propõe que a mesa diretora do Conselho encaminhe com a aprovação clara do Conselho uma auditoria para cada
406 área e coloca a situação como difícil e que na próxima reunião com os auditores, teria mais subsídios para
407 implantar estas auditorias. O auditor Reynaldo esclarece que não haverá outra reunião, que irão levar todos os
408 documentos que pediram a SMSA e ao CMS desta reunião e irão elaborar um relatório com conclusões e
409 sugestões e daí poderá surgir uma auditoria específica daqui ou de qualquer outra área de saúde do município e
410 que este relatório poderá ser solicitado pelo presidente da mesa eleita. A secretária geral Sônia Santos, informa
411 que na fala da participante Rosalina, será encerrada as inscrições. A participante Rosalina, diz que sua fala é na
412 linha da fala do conselheiro Antônio Carlos, na questão financeira, esclareceu que existem auditores específicos
413 de finanças, informa que iria propor exatamente esta auditoria e cita o Decreto 1651, que cria o Sistema Nacional
414 de Auditoria, prevê a possibilidade do CMS pela maioria dos seus membros, solicitarem uma auditoria e propõe
415 que o Conselho aprove uma solicitação de auditoria financeira e que no seu entender esta auditoria não é
416 suficiente e que se faça uma auditoria na SMSA, mas que tem que auditar com a junta de controle orçamentário e
417 financeiro da prefeitura que ao seu entender é quem manda no Fundo Municipal de Saúde. A conselheira Anadil,
418 contempla a fala da participante Rosalina e propõe que seja feita uma auditoria financeira, principalmente em
419 cima dos convênios políticos, unilateral que só a Secretaria tema obrigação de cumprir. A secretária geral, Sônia
420 Santos, informou que o conselheiro Paulo Roberto Venâncio Carvalho, é o último inscrito e que após a sua fala
421 encerraria a reunião. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio de Carvalho, contempla a proposta da participante
422 Rosalina e faz adendo a auditoria assistencial e questiona se na discussão o Relatório é Financeiro ou de Gestão,
423 informa que está no índice, assinado pela SMSA, cita a página 05 e faz a leitura: “Resultados alcançados na
424 execução do Plano Municipal de Saúde. E denuncia não Ter nada, somente gastos, custos, acusa que este
425 relatório foi mascarado como Relatório de Gestão e entrega a cópia do Relatório aos auditores. A representante
426 da SMSA, Ana Paloma, esclarece que há três anos trabalha com a apresentação do Relatório Financeiro da
427 SMSA ao CMS e expõe que o Relatório Financeiro foi formulado em cima de uma Resolução que o CMS fez,
428 informa que apesar do Conselho ter mudado; as perguntas são sempre as mesmas, disse que quem está nas
429 Câmaras Técnicas de Financiamento há mais de um ano, sabe o quanto é complicado acompanhar e propõe as
430 seguintes propostas: 1 – Que os conselheiros façam uma análise do papel do Conselho, justifica dizendo que o
431 papel do Conselho não é só marcar uma reunião de Câmara Técnica quando não há presença dos conselheiros,
432 não é só olhar os números e perguntar onde se tem números maiores e em que foi gasto; 2 – Que o CMS vista a
433 camisa do Conselho; 3 – Que se monte uma comissão e analise cada convênio; 4 – Que se monte uma comissão
434 para que juntamente com a SMSA, se discuta a questão de medicamentos e diz ter uma carta da Secretaria que se
435 coloca todo o departamento a disposição do CMS; 5 – Uma nova forma de trabalho; solicita uma parceria entre o
436 CMS e a SMSA, acusa os conselheiros de não estarem executando o papel que deveria ser exercido pôr cada um,
437 que cobram da Secretaria enquanto os técnicos estão trabalhando, propõe uma mudança na metodologia de
438 trabalho do CMS. O presidente do CMS, Roberto dos Santos, informa que os auditores irão se retirar e agradece
439 a presença dos mesmos. A conselheira Joana disse que tem dificuldade em acompanhar os relatórios pôr não ter
440 curso de Contabilidade e cobra da Secretaria as Notas Fiscais para que sejam avaliadas pelas CTF e CTCA,
441 informa que jamais Ter visto uma Nota Fiscal. A representante da SMSA, do setor financeiro, Elizete, esclarece
442 que a função orçamentária e financeira da SMSA é muito grande, que os processos são imensos, fato este que
443 impossibilitado tirar xerox e enviar ao CMS, coloca-se a disposição para mostrar todos os processos e inclusive
444 quando houver dificuldade dos conselheiros em entender qualquer coisa que existem na SMSA, técnicos
445 específicos para esclarecer as dúvidas, deixe que os conselheiros podem trazer pessoas de fora para acompanhar
446 os processos, referiu a sua fala à conselheira Joana, disse que é impossível tirar xerox das Notas Fiscais de todos
447 os processos de execução financeira do Fundo Municipal de Saúde que é em torno de vinte e três milhões de
448 pagamento/mês. A secretária geral Sônia Santos, consultou o plenário com relação as propostas apresentadas se
449 aprovariam ou não. O plenário informou não ter ninguém contrário e todas as propostas foram aprovados pôr
450 consenso. Às 17:38 horas, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata
451 que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente do Conselho e pela secretária-geral. Belo Horizonte, 24
452 de junho de 1999.

453 TDS/vld

454